

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A – LAFEPE, inscrito no CNPJ 10.877.926/0001-13, é uma sociedade por ações em regime de economia mista, constituída através da Lei Estadual nº 1.180 de 04 de janeiro de 1966. São objetivos sociais da Companhia a industrialização, comércio, representação, importação, exportação e distribuição de produtos químicos, farmacêuticos, complementos alimentares, hemoderivados, armações e lentes para óculos, bem como a realização de pesquisas técnicas e científicas destinadas ao contínuo desenvolvimento de suas atividades industriais.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade com relação às normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei Federal nº 11.638/07 e pela Lei Federal nº 11.941/09.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis foram arredondadas para Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Na Companhia, algumas das estimativas são: a mensuração de provisões de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para os processos cíveis e trabalhistas, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes aos estimados e, conseqüentemente, diferente dos valores presentes nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são realizadas no período em que as estimativas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICA CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar e outros recebíveis, assim como valores a pagar a fornecedores e outras dívidas relacionadas com a entrega de caixa ou de outros ativos financeiros para outra entidade.

Instrumentos financeiros estão reconhecidos inicialmente pelo valor nominal. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo acrescido de eventuais rendimentos ou encargos e reduzidos para compatibilizá-los ao valor recuperável.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os caixas da matriz e das filiais (farmácias LAFEPE), bancos com liquidez imediata e aplicações financeiras sem risco de mudança de valor de mercado. Portanto, esse grupo está evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada pelo método indireto.

d) Contas a receber de clientes

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e não considera multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos.

e) Provisão para perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa

Constituída por montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. O critério do exercício é uniforme com o do exercício anterior.

f) Estoques

Os insumos, materiais de consumo, produtos terceirizados e mercadorias para revenda são avaliados e registrados pelo custo médio de aquisição. Já os produtos acabados e em elaboração são avaliados e registrados nos estoques pelo custo médio de produção. O critério adotado na apuração dos custos de produção é o custeio por absorção.

g) Impostos a recuperar

Os tributos e contribuições a recuperar decorrem principalmente de IRRF, CSLL, PIS, COFINS, IPI, retidos por órgãos públicos ou pagos por antecipação e que estão apresentados por seu valor nominal.

h) Depósitos judiciais

Apresentados pelos valores originais dos depósitos sem contemplar juros ou atualizações monetárias.

i) Investimentos

Avaliados ao custo de aquisição que não excedem ao valor de realização.

j) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais descritas na Nota Explicativa nº 11.

k) Fornecedores

Demonstrados ao valor original da transação, não contemplando atualização da dívida.

l) Obrigações sociais e tributárias

Representado por dívidas tributárias na esfera federal, estadual e municipal e por folha de pagamento com os respectivos encargos sociais.

m) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O LAFEPE adota o regime de “lucro real” para a apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, e efetuou cálculo e recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde ao lucro contábil, ajustado por despesas não dedutíveis e receitas não tributáveis determinadas de acordo com a legislação fiscal.

n) Adiantamento de clientes

Representado por recebimentos antecipados, principalmente quando da negociação de convênios, cujo produto objeto da negociação ainda não foi fabricado ou entregue ao cliente.

o) Processos cíveis e trabalhistas

Estão constituídos com base na avaliação de riscos prováveis, suportados por documentos enviados pelo setor jurídico interno e externo, dos fatos conhecidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que seja exigido do LAFEPE a transferência de benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e uma estimativa razoável e confiável do valor possa ser feita. Esta prática é coerente com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Estes processos não contemplam a atualização da dívida.

p) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis no prazo de um ano são demonstrados como circulantes. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

As receitas decorrentes da venda de produtos são reconhecidas contabilmente quando são transferidas ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias comercializados e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia.

A receita de vendas é reconhecida líquida de desconto, benefícios comerciais concedidos e impostos incidentes sobre as vendas (IPI, ICMS, PIS e COFINS). Os custos de frete e outros relacionados com as vendas são classificados como despesas de vendas na demonstração do resultado do exercício.

r) Tributação do resultado e das receitas

A Companhia adota a tributação do imposto de renda com base no Lucro Real.

Assim, o resultado do exercício, após os ajustes para fins fiscais, é tributado em 15%, mais 10% ao valor que ultrapassar R\$ 240.000,00, a título de imposto de renda (IRPJ) e tributado em 9%, a título de contribuição social (CSLL). A tributação sobre a receita compreende a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), à alíquota de 1,65%, e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), à alíquota de 7,6%.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS DE ABERTURA

No exercício corrente, conforme comentado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia realizou o inventário físico dos bens patrimoniais para adoção inicial da NBC TG 27-Ativo Imobilizado, que serve de base para o início das ações da Companhia voltadas ao fortalecimento dos seus controles internos e contábeis na área do patrimônio, e ao saneamento das divergências históricas existentes entre o controle patrimonial, o controle contábil e a existência física dos bens em uso, assim como sanear os impactos dessas diferenças na mensuração contábil dos bens patrimoniais e seus reflexos no lucro líquido dos exercícios.

Como parte desse trabalho foi levantado as diferença entre a posição patrimonial do controle contábil e a posição contida no controle do ativo fixo. Este trabalho apresentou uma necessidade de ajustes de R\$ (12.469.329) imputáveis a exercícios anteriores, sem que seja possível indicar a parcela de ajuste cabível a cada exercício social pregresso.

Neste sentido a Administração reapresenta os saldos anteriores das Demonstrações Contábeis. No Balanço Patrimonial do exercício de 2023, apresentadas de forma comparada ao Balanço Patrimonial do exercício corrente, o impacto da correção do erro está a seguir demonstrado:

	BALANÇO COMPARADO APÓS AJUSTES		AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	ANTES DOS AJUSTES
	2024	2023		2023
	(Reapresentado)			
ATIVO				
NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado	201.698.383	110.653.242	12.485.440	98.167.802
Intagível	469.298	469.299	(16.111)	485.408
TOTAL DO ATIVO	<u>665.869.704</u>	<u>428.918.110</u>	<u>12.469.329</u>	<u>416.448.780</u>
PASSIVO				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Reserva de Lucros	137.366.619	124.060.233	12.469.329	111.590.903
TOTAL DO PASSIVO	<u>665.869.704</u>	<u>428.918.110</u>	<u>12.469.329</u>	<u>416.448.780</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa	12.792	12.933
Depósitos bancários	(14.804)	(70.234)
Títulos vinculados ao mercado aberto	244.562.109	114.860.723
	244.560.097	114.803.423

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2024	2023
Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco	1.391.788	1.391.788
Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco	8.461.953	7.667.095
Convênios com o Ministério da Saúde	168.699.975	180.199.448
Outras	274.771	296.351
Venda para entrega futura	(i) (2.587.824)	(2.628.585)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.712.936)	(24.323.236)
Adiantamento de clientes	(ii) (10.201.143)	(24.751.068)
	149.326.585	137.851.793

(i) Refere-se ao faturamento para futuro fornecimento por parte da Companhia ao Ministério da Saúde e ao Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco, registrados no contas a receber, cuja produção ainda não foi iniciada ou está em processo de elaboração, e cujo recebimento do recurso ainda não foi concretizado até 31 de dezembro de 2024.

(ii) Conta representativa de duas situações: valores recebidos antecipadamente sem a entrega correspondente do produto, caracterizando de fato um adiantamento e que estão apresentados no passivo circulante; e valores recebidos antecipadamente cuja entrega do produto já foi efetuada ocorrendo o devido faturamento, porém a baixa do adiantamento contra as contas a receber não foi realizada pela dificuldade encontrada no setor financeiro de correlacionar o montante dos pagamentos com as devidas notas fiscais emitidas, pelo fato de o cliente, até a data do levantamento das demonstrações contábeis, não ter identificado as faturas que deveriam ser baixadas com os valores pagos. Por essa razão, decidiu-se evidenciar esta conta como redutora de clientes.

7. ESTOQUES

	2024	2023
Produtos acabados	2.585.816	4.590.861
Produtos em elaboração	1.792.794	4.472.814
Matérias-primas e embalagens	14.197.965	13.301.364
Materiais de consumo	4.359.162	3.372.760
Insumos em poder de terceiros	1.207.515	1.207.515
Produtos prontos terceirizados	732.416	68.028
Almoxarifado	467.836	69.463
Mercadorias para revenda	609.145	456.045
	25.952.649	27.538.850

8. OUTROS CRÉDITOS

	2024	2023
Créditos com funcionários	1.001.609	685.345
Créditos com fornecedores	2.198.294	1.819.010
Adiantamentos diversos	36.610	32.050
Créditos com terceiros	334.663	334.663
Outros créditos	1.864.323	1.852.164
	5.435.498	4.723.232

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2024	2023
ICMS Indústria e Filiais	1.103.562	5.446.732
IPI a compensar Lei Federal 9779/99	615.594	618.214
Crédito de COFINS não cumulativo	13.256	16.638
Outros	461.578	588.438
Impostos Retidos s/vendas à Órgãos Públicos IN RFB 1234/2012 (i)	2.347.440	2.167.142
Crédito PASEP/COFINS Proc 08034215120 e 15121 (ii)	-	2.393.810
Créditos Tributários Exercícios Anteriores (iii)	25.592.314	13.955.857
	30.133.744	25.186.830

(i) Conforme o Art. 2º da IN 1.234/2012, os órgão públicos ficam obrigados a efetuar retenção na fonte do IR, CSLL, PIS/PASEP e COFINS pelo fornecimento de bens e prestações de serviços em geral. Em 2020, o Ministério da Saúde, passou a efetuar as mencionadas retenções sobre o pagamento de nosso fornecimento de

medicamentos. Essas retenções são compensadas nas apurações mensais dos referidos impostos.

- (ii) Em 2020, o LAFEPE entrou com o Mandato de Segurança junto à RFB solicitando a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS nas operações de vendas do Hipoclorito. O que foi deferido, gerando um crédito que foi compensado em 2024 com débitos futuros dos impostos federais via processo eletrônico.
- (iii) Refere-se a saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos resultados apurados de 2022, 2023 e 2024, após as compensações dos impostos mensais pagos por estimativas.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Depósitos judiciais	8.179.311	7.577.305

Valores respaldados pelos assessores jurídicos e desembolsados pela Companhia a espera do desfecho dos processos. Na ocorrência de desfecho favorável, serão revertidos para as disponibilidades da instituição e quando desfavorável os valores serão reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrer a decisão ou acordo judicial.

11. IMOBILIZADO

		2024		2023 (Reapresentado)
Taxas de		Depreciação/ Amortização		Líquido
		Depreciação	Custo	
-				
Terrenos			2.358.442	2.358.442
4%				
Prédios e benfeitorias			88.549.435 (	65.115.845
10%			1.403.118)	
Móveis, utensílios e instalações			1.835.905 (	1.851.571
20%			68.268)	
Veículos			0	12.335
Máquinas, equipamentos, instalações			0	
-			28.491.597 (	21.431.069
30%			1.039.054)	
Equipamentos de informática			394.204 (	380.992
			28.316)	
Biblioteca			0	0

	121.629.583 (	2.538.757)	119.090.827	91.150.254
Obras em andamento	0	0	0	19.502.988
Ajustes de Avaliação Patrimonial				
Terrenos	37.331.558	0	37.331.558	0
Prédios e benfeitorias	43.798.581 (	145.995)	43.652.586	0
Veículos	219.614 (	15.995)	203.619	0
Máquinas, equipamentos, instalações	1.364.425 (	55.035)	1.309.390	0
Equipamentos de informática	119.279 (	8.875)	110.404	0
	<u>82.833.457</u>	<u>225.900</u>	<u>82.607.557</u>	<u>0</u>
	<u><u>204.463.040</u></u> (	<u><u>2.764.657</u></u>)	<u><u>201.698.383</u></u>	<u><u>110.653.242</u></u>

A Companhia realizou serviço de levantamento patrimonial (inventário dos bens do ativo imobilizado) para adoção inicial da NBC TG 27-Ativo Imobilizado, servindo como parte inicial das ações para o fortalecimento dos controles internos, a fim de sanear as divergências existentes entre o controle patrimonial, o controle contábil e a existência física dos bens em uso, assim como os impactos dessas diferenças na mensuração contábil dos bens patrimoniais e seus reflexos no lucro líquido dos exercícios. Tais deficiências foram motivadoras de reiteradas ressalvas nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis e citações nos relatórios de acompanhamento do TCE-Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

O levantamento patrimonial está consubstanciado por laudos de avaliação da firma contratada RBO Consultores & Auditores.

Os laudos dos bens imóveis tiveram como responsável técnico o engenheiro civil avaliador Sr. Tiago Meira Villar (CREA-PB nº 160815826-8).

O laudo dos imóveis localizados na Rua Dois Irmãos, nº 1117, Bairro Dois Irmãos, Recife – PE, foi assinado em 20/03/2024 e teve como metodologia o Método Evolutivo-ME. De acordo com a ABNT NBR 14.653-2, a composição do valor total do imóvel avaliado pode ser obtida através da conjugação de métodos, a partir do valor do terreno, considerados o custo de reprodução das benfeitorias devidamente depreciado e o fator de comercialização. Assim, adotou-se o Método Comparativo de Dados de Mercado (MCDM) e utilização de inferência estatística para avaliação do terreno e método da quantificação de custos, pelo custo unitário básico do Sindicato da Construção Civil de Recife – (Sinduscon/PE) para a gerência e recepção (CSL-8A) e para o RH, Ótica, Coordenação e Refeitório (CSL-8N), e como paradigma foi utilizado, para a composição de custos das benfeitorias do tipo galpão industrial o orçamento da obra de Reforma com Ampliação disponibilizada pela LAFEPE, associados a parcela da

benfeitoria. Na avaliação das benfeitorias realizadas pelo CUB, foi considerado o padrão do imóvel a partir das informações extraídas em tabela do Sinduscon/PE, no mês de referência fevereiro de 2024, incluído como padrão (CSL-8A) e (CSL-8N), sendo analisado a posteriori, em conformidade com as normas NBR 14.653-2 e NBR-12.721 10 para ajuste de áreas equivalentes de construção, assumindo fatores de 0,221 para o padrão CSL-8A e 0,199 para o CSL-8N.

O laudo de avaliação do imóvel localizado Rua Padre Lemos, nº 286, Loja 06 & Loja 19, Casa Amarela, Recife – PE, foi assinado em 01/04/2024 e teve como metodologia o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado – MCDDM, porém, devido à baixa quantidade de elementos comparativos semelhantes ao avaliado disponíveis no mercado local do bairro casa amarela, foram coletados dados em bairros circunvizinhos do município.

O laudo de avaliação dos bens móveis foi assinado em 01/10/2024 onde apresentou os valores justos dos bens móveis inventariados, conciliando-os com os bens contidos nos controle patrimonial da Companhia, definindo, ainda, para cada bem, a sua vida útil, o valor residual, as taxa de depreciação e o valor líquido contábil.

A Companhia reconheceu os efeitos da avaliação no patrimônio líquido, em grupamento de contas de Avaliação de Ajuste Patrimonial. O efeito tributário diferido foi reconhecido em contas de tributos diferidos no passivo não circulante e, à medida em que ocorram a realização pela baixa ou depreciação dos bens, serão oferecidos à tributação do IRPJ e CSLL no exercício em que incorrerem.

Após o ajuste da avaliação patrimonial realizada no patrimônio, a diferença de saldo entre o controle contábil e o controle patrimonial passou a ser de R\$ (12.469.329), dos quais R\$ 12.485.440 pertencem ao grupo do imobilizado, e R\$ 16.111 pertencem ao grupo do intangível, conforme composto a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Saldo do controle patrimonial após inventário (*)	Diferença
Terrenos	2.395.482	2.358.442	37.040
Prédios e benfeitorias	72.355.154	87.146.316	(14.791.163)
Móveis, utensílios e instalações	2.152.835	1.767.637	385.198
Veículos,	(135.144)		(135.144)
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	29.693.546	27.452.543	2.241.002
Equipamentos de informática	142.656	365.888	(223.231)
Biblioteca	858	-	858
Sub total do Imobilizado	106.605.387	119.090.826	(12.485.440)
Marcas e patentes	12.110	-	12.110
Gastos com software	4.001	-	4.001
Sub totais do Intangível	16.111	-	16.111
Total dos Ajustes	106.621.497	119.090.827	(12.469.329)

(*)Sem considerar os valores do Ajuste da Avaliação Patrimonial

Essa disparidade decorreu das fragilidades no sistema de controle interno e contábil aplicável a área do patrimônio da Companhia desde os exercícios sociais anteriores ao de 2009. Este valor foi reconhecido no patrimônio líquido como ajuste imputável a exercícios anteriores no patrimônio líquido, mediante aprovação formal da Diretoria da Companhia.

O Ajuste de avaliação patrimonial, baseado nos laudos de avaliação supramencionados, foi reconhecido no Imobilizado ao valor de R\$ 82.833.457, deduzidos da sua depreciação no valor de R\$ (225.900), apresenta saldo em 31/12/2024 de R\$ 82.607.556,58. No patrimônio líquido o Ajuste de avaliação patrimonial se apresenta deduzido dos tributos diferidos do IRPJ e da CSLL ao valor de R\$ 28.139.375, e após reconhecida a realização do AAP pela depreciação no período, apresenta saldo em 31/12/2024 de R\$ 54.468.181.

A realização dos procedimentos supramencionados torna a Companhia aderente ao CPC 01 que versa sobre a Redução ao Valor Recuperável de Ativos e ao CPC 27-Ativo imobilizado.

12. FORNECEDORES

	2024	2023
Grow Química	1.137.180	-
Cristália Prod. Quim.Farm. Ltda	172.061.409	141.349.279
Blanver Farmoquímica e Farmaceutica S/A	(i) 82.763.361	75.912.437
(-) Aplicação Financeira - Conta Vinculada Blanver Contr. 75/2021	(ii)(77.024.607)	(71.609.319)
Janssen – Cilag Farmacêutica Ltda	97.897.280	-
Fornecedores nacionais em geral	8.925.273	5.901.378
Fornecedores estrangeiros	253.821	253.821
Fornecedores consignados	219.428	219.428
	286.233.147	152.027.026

Composto principalmente por aquisição de insumos destinados à produção de medicamentos e por aquisição de produtos para revenda. Tem como principal fornecedor a empresa Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda. no âmbito da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).

(i) Em 05/01/2022, foi assinado o contrato de nº 075/2021 entre o LAFEPE e a Blanver Farmoquímica e Farmacêutica S.A. de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia do produto Dolutegravir, no âmbito da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).

(ii) Refere-se a valores de pagamento a BLANVER sob a guarda do LAFEPE aplicado em conta vinculada mais os rendimentos de aplicação financeira. Tendo em vista a existência de disputa judicial envolvendo a BLANVER nos autos do mandato de segurança nº **5054471-08.2020.4.02.510**, que tramita na 31ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, relacionada à patente do produto, de forma a resguardar eventual indenização em caso de insucesso na mencionada ação. Foi acordado entre as partes que o LAFEPE deverá transferir 20% (vinte por cento) do valor bruto de cada nota fiscal dos produtos comercializados pelo

LAFEPE, para uma conta bancária de sua titularidade. Cujo valor apenas será liberado, caso a BLANVER venha ser vencedora da ação judicial ou após o dia 28/04/2026, o que acontecer por último. Conforme determina a cláusula 26ª do mencionado contrato. Ainda em 2022 foi expedida a decisão judicial pela TJESP – 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem, proibindo a produção e comercialização do produto. Mesmo com a decisão judicial desfavorável ao LAFEPE, quanto a autorização da comercialização, como o contrato com o Ministério da Saúde já havia sido assinado, e este Ministério sinalizou com risco iminente de desabastecimento do medicamento na rede SUS, foi autorizado pela 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, o faturamento do quantitativo contratado apenas para o ano de 2022. E assim o fizemos.

O saldo da conta vinculada, para melhor evidênciação e por não pertencer ao LAFEPE, está sendo apresentado como uma conta redutora do passivo com o Fornecedor.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Parcelamento Leis Federais n°s 11.941 e 12.966	20.127		20.127	
INSS	1.222.509		1.038.787	
FGTS	250.903		227.482	
Imposto de renda retido na fonte	655.870		603.750	
IRPJ s/reserva de reavaliação	670.991		99.313	
CSLL s/reserva de reavaliação	250.197		50.160	
IRPJ e CSLL s/realização AAP	54.216			
Processos Trabalhistas	971.051		-6.307	
Outras obrigações	914.407	1.692.583	1.175.083	1.692.583
	5.010.271	1.692.583	3.208.396	1.692.583

14. DIVIDENDOS A PAGAR

	2024	2023
Dividendos a pagar	6.687.604	6.385.987

A Companhia adotava uma política de distribuição de dividendos obrigatório de 6% sobre o lucro líquido ajustado (lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal,

deduzido ou adicionado da constituição ou realização da reserva de contingência), conforme estabelecido no estatuto social e na Lei Societária.

O último pagamento de dividendos aos acionistas ocorreu no exercício de 2016. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a partir do exercício de 2017 o Governo do Estado de Pernambuco, principal acionista, determinou que a Companhia a partir daquele exercício passasse a adotar a modalidade Juros sobre o Capital Próprio. E seus dividendos passaram a serem pagos através do Lucro líquido disponível de cada exercício, com o valor deliberado em AGO. Conforme AGO/AGE realizada em 29/04/2024, a deliberação sobre a destinação do valor do resultado líquido disponível de 2023, no montante de R\$ 14.089.240 foi a seguinte: Pagamento aos acionistas à título de dividendos no valor de R\$ 10.427.528; e, R\$ 3.661.711 para constituição de retenção de lucros para investimentos.

Para fins de utilização do benefício tributário gerado com a redução de 75% do IRPJ, deferido pela Receita Federal em abril/2024, foi constituída a reserva de incentivos fiscais, de acordo com os requisitos do CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamental. Esta reserva relaciona-se ao benefício auferido no exercício de 2024 sendo reconhecida no resultado e automaticamente retida como reserva de lucros para não influenciar os dividendos dos acionistas e nem a base de cálculo tributada. O período de fruição foi de 01/01/2023 a 31/12/2032. Assim, a mutação da conta de dividendos ocorreram conforme apresentado a seguir:

	<u>R\$</u>
	<u>2024</u>
Saldo inicial em 31.12.2023	<u>6.385.987</u>
Provisão Dividendos exercício 2023	<u>10.427.528</u>
Pagamento de dividendos em 2024	<u>(10.125.911)</u>
Saldo final em 31.12.2024	<u>6.687.604</u>
Cálculo do Lucro a disposição da assembleia 2024	
Lucro Líquido	22.672.832
(-) Reserva Legal	(1.077.466)
(-) Constituição do SIDE	(1.023.592)
(-) Subvenção Redução 75% IRPJ	(1.123.518)
Lucro a disposição da assembleia	19.448.256

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Estoques de terceiros em nosso poder	1.385.444	1.385.444
Credores por devolução	762.152	762.152

Benefícios aos funcionários - SIDE	(i)	1.023.592	741.540
Outras contas a pagar		2.703.028	2.751.102
		<u>5.874.217</u>	<u>5.640.239</u>

- (i) Benefício aos empregados denominado SIDE - Sistema de Desempenho dos Empregados do LAFEPE, o valor de R\$ 1.023.592 se refere ao exercício de 2024, correspondendo a 5% do lucro líquido após a constituição da reserva legal, e será objeto de aprovação da Assembléia dos Acionistas.

16. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

	2024	2023
Juros sobre capital próprio	<u>15.108.630</u>	<u>13.640.905</u>

A partir do exercício de 2017, o Governo do Estado de Pernambuco determinou que a distribuição dos dividendos aos acionistas a partir daquele exercício seria pela modalidade Juros sobre o Capital Próprio. Em conformidade com o Artigo 9º da Lei Federal 9.249/95 os Juros sobre Capital Próprio foi registrado como despesa financeira, beneficiando fiscalmente a Companhia com a consequente redução do valor da provisão para o IRPJ e para a CSLL, além de remunerar os acionistas. Com relação ao exercício de 2024, o valor do JSCP provisionado foi de R\$ 10.696.392 que, quando acrescidos dos valores não pagos de exercícios anteriores no montante de R\$ 4.412.238, obtém-se o valor total devido do JSCP registrado no passivo da Companhia.

17. PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL

	2024	2023
Provisão para o IRPJ	-	-
Provisão para a CSLL	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

Foi registrada a Provisão do IRPJ e da CSLL no resultado do exercício ao valor de R\$ 12.786.855 e R\$ 4.615.508 respectivamente, apurado conforme demonstrado a seguir:

	R\$	R\$
Lucro antes do IRPJ e CSLL		40.085.195
(+)Total das adições		19.841.459
(-)Total das exclusões		(8.643.234)
(=)Lucro Real		51.283.419
IRPJ (15%)	7.692.513	
Adicional do IRPJ (10% x(Lucro Real >R\$ 240.000))	5.104.342	
Total da Provisão para IRPJ		12.786.855
Total da Provisão para a CSLL (9%)		4.615.508

Os valores a pagar no IRPJ e CSLL reconhecidos no passivo circulante estão apresentados pelo valor da Provisão deduzida dos valores pagos em bases estimadas e IRRF sobre aplicações financeiras no exercício de 2024, conforme demonstrado a seguir:

	IRPJ A PAGAR	CSLL A PAGAR
Provisão do IRPJ e da CSLL	12.796.855	4.615.508
(-) IRRF sobre Aplicações Financeiras em 2024	(4.100.368)	-
(-) Despesas com Patrocínio beneficiada pela Lei Ruanet	(220.000)	-
(-) Reconhecimento benefício fiscal SUDENE	(1.123.518)	-
(-) Pagamentos em bases estimadas em 2024	(14.309.522)	(9.793.851)
Saldo Negativo do IRPJ e CSLL a compensar em 2025	(6.956.553)	(5.178.343)

O saldo negativo apresentado acima foi reclassificado para o grupo impostos recuperar conforme apresentado na nota explicativa nº 08, e será compensado com os impostos mensais retidos na fonte em 2025.

18. CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

	2024	2023
Processos trabalhistas	8.063.217	1.771.459
Processos cíveis	4.501.233	5.136.118
	12.564.450	6.907.578

Amparada pela opinião dos seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu

provisão, em bases estimadas, dos processos administrativos e judiciais com prognóstico de provável perda.

Os processos classificados com risco de perda possível, que não são registrados na contabilidade, mas estão representados nesta nota como segue:

	2024	2023
Processos trabalhistas (perdas possíveis)	5.456.685,92	10.954.306
Processos cíveis (perdas possíveis)	2.235.063,87	70.590.337
	7.691.749,79	81.544.642

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia é de R\$ 87.989.242 (oitenta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil e duzentos e quarenta dois reais), dividido em 92.246.633 ações ordinárias e 3.087.395 ações preferenciais, sem direito a voto, conforme artigo 6º do estatuto social. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas terão prioridade na fruição de dividendos não cumulativos e no reembolso do capital sem prêmio. As ações não possuem valor nominal. O Estado de Pernambuco possui 95,9% das ações da Companhia.

b) Reservas de capital - Incentivo fiscal

Trata-se de subvenção governamental relativo a isenção/redução do IRPJ concedidos em exercícios anteriores a Lei Federal 11.638/2007, que alterou a Lei Societária e promoveu na mesma o conceito da classificação de subvenções governamentais como reserva de lucros, após seu trânsito no resultado do exercício. Na época da fruição do benefício pela Companhia, essa natureza de transação não transitava no resultado do exercício, sendo registrado diretamente no patrimônio líquido em conta de reserva de capital.

No exercício social de 2016, o valor de R\$ 6.268.403 dessa reserva de capital foi utilizada para absorver o prejuízo contábil apurado naquele ano, sendo ora restabelecida na proposta da Administração para a destinação do lucro do exercício de 2019, aprovada na Assembleia dos Acionistas em 27/07/2020. O restabelecimento da reserva de capital atende ao disposto parágrafo 9º do Art 19 do decreto lei 1.598/77.

c) Reservas de Lucros

As reservas de lucros são representadas pela reserva legal, reserva de subvenção, reserva de contingência e retenção de lucros (lucros à disposição da Assembleia).

20. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Mercado nacional	703.847.434	425.539.707
Outras receitas	3.546	7.461
	<u>703.850.979</u>	<u>425.547.168</u>
(-) Deduções da receita bruta	(16.834.867)	(15.931.955)
Receitas operacionais líquidas	<u>687.016.112</u>	<u>409.615.213</u>

21. CUSTOS DAS VENDAS

	2024	2023
Indústria	(65.941.131)	(73.306.761)
Custo dos produtos terceirizados	(301.165.408)	(247.764.148)
Custo dos produtos revendidos	(209.232.749)	
Outros custos	(1.002.192)	(996.142)
	<u>(577.341.480)</u>	<u>(322.067.051)</u>

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Despesas com pessoal e serviços	(64.466.026)	(45.797.285)
Despesas gerais	(12.398.273)	(6.405.710)
Despesas com materiais	(5.350.695)	(5.582.610)
Despesas transferidas na apur. custos	13.774.826	14.305.381
	<u>(68.440.169)</u>	<u>(43.480.225)</u>

23. DESPESAS DE VENDAS

	2024	2023
Despesas com pessoal	(6.926.753)	(6.624.022)
Despesas gerais	616.197	(13.919.350)
Despesas com materiais	(1.823.401)	(2.280.702)
	<u>(8.133.957)</u>	<u>(22.824.074)</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	16.487.463	13.023.243
Outras receitas financeiras	367.225	484.430
	16.854.688	13.507.674
Despesas Financeiras		
Juros SELIC	(1.398)	(11.995)
Juros SELIC indedutíveis	(443)	(1.365)
Juros sobre capital próprio	(10.762.582)	(9.521.317)
Outras despesas financeiras	(936.159)	(980.557)
	(11.700.583)	(10.515.234)
Resultado financeiro líquido	5.154.105	2.992.440

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguros contratados julgados suficientes pela administração para cobrir os riscos ao seu patrimônio.

DIRETORIA

PLÍNIO PIMENTEL FILHO

Diretor Presidente

BETY SENNA

Diretora Técnico Industrial

SÉRGIO LUIZ NORONHA

Diretor Administrativo Financeiro

DJALMA DANTAS

Diretor Comercial

ANTONIO AVEZEDO

Diretor de Engenharia

CONTADOR

MANOEL DE LIMA BARBOSA

Contador – CRC PE nº 017.596/O-4